



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

PROVA OBJETIVA SELETIVA – 1ª ETAPA – 09 de junho de 2013

Bloco I (Questões de 01 a 30) – Direito Individual e Coletivo do Trabalho, Direito Administrativo e Direito Penal.

Bloco II (Questões de 31 a 80) – Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Civil e Direito da Criança e do Adolescente.

Bloco III (Questões de 81 a 100) – Direito Processual Civil, Direito Internacional e Comunitário, Direito Previdenciário e Direito Empresarial.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 100 (cem) questões.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
4. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
5. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
6. Durante a realização da prova não será permitido: qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito; o uso de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e o porte de arma.
7. Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
8. Não haverá substituição da Folha de Respostas.
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, “pager” ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares, mesmo que desligados ou sem uso.
10. Não será permitido ao candidato fumar durante a realização da prova de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
11. Os 2 últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então deixarem juntos o local.
12. A prova terá duração de 05 (cinco) horas.
13. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DO CONCURSO

Titulares

Desembargadora Maria Doralice Novaes - Presidente da Comissão
Desembargador Wilson Fernandes
Advogado Eli Alves da Silva – Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

Titulares

Desembargador Carlos Roberto Husek - Presidente da Comissão
Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves
Advogada Fabíola Marques - Representante da OAB

Suplentes

Desembargadora Leila Chevtchuk
Desembargadora Regina Aparecida Duarte
Advogado Ari Possidonio Beltran - Representante da OAB



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

BLOCO I

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 01 – Com base nas Súmulas do TST, observe as proposições abaixo e ao final responda. Aponte a alternativa que só contenha proposições **corretas**:

- I. Só é válido o quadro do pessoal organizado em carreira das empresas particulares e das entidades de direito público da administração direta e indireta, quando homologado pelo Ministério Público do Trabalho.
- II. O adicional regional instituído pela Petrobrás não contraria o art. 7º, XXXII, da CF/1988 (proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos).
- III. A gratificação natalina, instituída pela Lei nº 4.090, de 13.7.1962, é devida pela empresa cessionária ao servidor público cedido, enquanto durar a cessão.
- IV. É devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, salvo se praticista.
- V. A licença-prêmio, na vigência do contrato de trabalho, não pode ser convertida em pecúnia, mesmo se expressamente admitida a conversão no regulamento da empresa.

Está correta a alternativa:

- A) I e V.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) IV e V.
- E) II e V.

QUESTÃO 02 – Com base nas Súmulas do TST, observe as proposições abaixo e ao final responda. Aponte a alternativa que contenha as proposições **incorretas**.

- I. Computam-se no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas.
- II. É aplicável à telefonista de mesa de empresa que não explora o serviço de telefonia a regra de que o trabalho em domingos, feriados e dias santos de guarda será considerado extraordinário.
- III. As gratificações por tempo de serviço e produtividade, pagas mensalmente, repercutem no cálculo do repouso semanal remunerado.
- IV. Os percentuais fixados em lei relativos ao salário "in natura" apenas se referem às hipóteses em que o empregado percebe o salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade.
- V. A gratificação por tempo de serviço não integra o cálculo das horas extras.

As proposições incorretas estão na alternativa:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e V.
- D) I e IV.
- E) II e V.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 03 – No que concerne à caracterização da relação de emprego, a CLT traz os requisitos dispostos nos artigos 2º e 3º, que se tem por diversos dos requisitos para a relação de trabalho. Aponte a alternativa que contenha uma hipótese, em virtude de seu regime legal, de relação de emprego:

- A) empreitada, estágio.
- B) transporte autônomo, atleta de futebol.
- C) músico profissional, prestação diária de serviços em casa de família.
- D) representação comercial, jornalista “free lance”.
- E) médico de cooperativa, electricista autônomo.

QUESTÃO 04 – O princípio da proteção dos direitos trabalhistas envolve questão sobre a renúncia e transação. Observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposituras de renúncia:

- I. Desistência do cargo sindical para o qual o empregado fora eleito dirigente sindical.
- II. Acordo celebrado, em fase de execução, para recebimento de quantia desejada, embora crédito habilitado no juízo falimentar.
- III. Pedido de demissão de empregado estável.
- IV. Negociação coletiva da entidade sindical para a redução de jornada de trabalho.
- V. Acordo para a rescisão do contrato mediante pagamento de uma indenização.

Está **correta** a alternativa:

- A) I e II.
- B) I e V.
- C) II e IV.
- D) III e V.
- E) I e III.

QUESTÃO 05 – Em relação aos Portos, a recém Medida Provisória 595 de 06.12.2012, que revogou a Lei 8.630 de 1993, que trata da Modernização dos Portos Brasileiros, observe as proposições abaixo e aponte a alternativa que contenha a propositura **incorreta**.

- I. Terminais privativos são portos organizados.
- II. Contratação da mão de obra portuária tem de ser feita por intermédio do OGMO.
- III. Compete à União legislar sobre as formas de exploração da atividade portuária.
- IV. Exploração dos terminais privativos para a movimentação de cargas de terceiros é feita por mera autorização.
- V. O operador portuário responderá perante a administração do porto, pelos danos culposamente causados à infraestrutura, às instalações e ao equipamento de que a administração do porto seja titular, que se encontre a seu serviço ou sob sua guarda.

A alternativa que contém a propositura incorreta é:

- A) II.
- B) III.
- C) I.
- D) IV.
- E) V.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 06 – Analise as seguintes proposições, considerando-se o posicionamento doutrinário:

- I. A responsabilidade pré-contratual tem por objetivo o ressarcimento de créditos trabalhistas devidos, como se a contratação tivesse sido aperfeiçoada.
- II. O princípio da dupla qualidade, contemplado pelo art. 1º, *caput*, e art. 10, § 1º, pela Lei nº 12.690/2012 (Cooperativa de Trabalho), tem como objetivo que a cooperativa permita que o cooperado obtenha retribuição pessoal, em virtude de sua atividade autônoma, superior àquela que obteria caso não estivesse associado.
- III. O STF, ao julgar a ADC 16, em 24/11/2010, declarando constitucional o art. 71, da Lei nº 8.666/93, considerou incabível fixar-se a automática responsabilidade das entidades estatais em face do simples inadimplemento trabalhista da empresa prestadora de serviços terceirizados. Restaram afastados, portanto, dois fundamentos tradicionais para a responsabilização das entidades estatais. São eles: a responsabilidade objetiva e a responsabilidade subjetiva, por culpa in *vigilando*.
- IV. São efeitos conexos dos contratos de trabalho: direitos intelectuais, direito a indenizações por danos sofridos pelo empregado, preservação do universo da personalidade do trabalhador e tutela jurídica existente.
- V. Enquadrando-se a atividade prestada em tipo legal criminal, inválida a contratação que, assim, não tem qualquer repercussão trabalhista.

Estão **corretas** apenas as proposições:

- A) IV e V.
- B) III e V.
- C) I e III.
- D) I e II.
- E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 07 – Quanto à subordinação, elemento essencial à configuração do contrato de trabalho, considerando sua dimensão estrutural, segundo a doutrina, é **incorreto** dizer que:

- I. Expressa-se pela inserção do trabalhador na dinâmica do tomador de seus serviços, independentemente de receber (ou não) suas ordens diretas, mas acolhendo estruturalmente, sua dinâmica de organização e funcionamento.
- II. Nesta dimensão da subordinação, é relevante que o trabalhador se harmonize (ou não) aos objetivos do empreendimento, nem que receba ordens diretas das específicas chefias deste: o fundamental é que esteja estruturalmente vinculado à dinâmica operativa da atividade do tomador de serviços.
- III. A lei nº 12.551/2011, que conferiu nova redação ao *caput* do art. 6º da CLT, agregando-lhe novo parágrafo único, incorporou, implicitamente, os conceitos de subordinação objetiva e de subordinação estrutural.
- IV. A subordinação estrutural desponta da inserção do obreiro na organização e *modus operandi* de seu tomador de serviços, incorporando sua cultura e diretrizes, independentemente das funções específicas que exerça.
- V. A subordinação estrutural ocorre pela harmonização entre a atividade do trabalhador e os fins do empreendimento a que se vincula.

Estão incorretas as proposições constantes da alternativa:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- A) II e III.
- B) II e V.
- C) III e V.
- D) I, III e IV.
- E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 08 – Poder diretivo, uma das faces do poder empregatício, segundo construção doutrinária, consiste:

- A) No conjunto de prerrogativas tendencialmente concentradas do poder do empregador dirigidas à organização da estrutura e espaço empresariais internos, inclusive o processo de trabalho adotado no estabelecimento e na empresa, com a especificação e orientação cotidianas no que tange à prestação de serviços.
- B) No conjunto de prerrogativas tendencialmente concentradas no empregador dirigidas à fixação de regras gerais as serem observadas no âmbito do estabelecimento e da empresa.
- C) No conjunto de prerrogativas concentradas no empregador dirigidas a propiciar a imposição de sanções aos empregados em face do descumprimento por esses de suas obrigações contratuais.
- D) No conjunto de prerrogativas dirigidas a propiciar o acompanhamento contínuo da prestação de trabalho e a própria vigilância efetivada ao longo do espaço empresarial interno.
- E) Nenhuma das assertivas anteriores.

QUESTÃO 09 – De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. As cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.
- II. As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado geram presunção *juris et de jure*.
- III. Cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas do contrato de experiência, na forma do art. 481, da CLT.
- IV. É bancário o empregado de empresa de processamento de dados que presta serviços a banco integrante do mesmo grupo econômico, inclusive quando a empresa de processamento de dados presta serviços a bancos e a empresas não bancárias do mesmo grupo econômico ou a terceiros.
- V. A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.

Está correta a alternativa:

- A) II e III.
- B) I e II.
- C) I, III e V.
- D) IV e V.
- E) Nenhuma das anteriores.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 10 – Analise as proposições e ao final aponte a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. Por definição legal, trabalhador rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob dependência deste e mediante salário.
- II. À mãe social, segundo a norma legal, são garantidos apenas os seguintes direitos: anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior ao salário mínimo, repouso semanal remunerado, apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções e FGTS.
- III. São considerados exercentes de cargo de confiança, consoante o art. 62, II, da CLT, somente os gerentes e os diretores, desde que o salário, compreendendo a gratificação de função, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40%.
- IV. O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego, conforme entendimento sumulado pelo TST.
- V. Norma legal prevê que a jornada do aprendiz jamais poderá ser superior a 6 horas.

Está correta a alternativa:

- A) II e III.
- B) I e V.
- C) III e V.
- D) I e IV.
- E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 11 – Consoante a lei, grupo econômico é aquele:

- A) Constituído por uma ou mais empresas, bastando que exista controle diretivo por parte de uma delas.
- B) Constituído por uma ou mais empresas, bastando que cada qual possua personalidade jurídica própria.
- C) Constituído por uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra.
- D) Constituído por várias empresas vinculadas entre si, ainda que informalmente.
- E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 12 - Quanto à suspensão do contrato de trabalho para participação do empregado em curso ou programa de qualificação, é **correto** afirmar:

- A) Poderá ser suspenso por um período de 3 (três) a 5 (cinco) meses para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.
- B) Poderá ser suspenso para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregador.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- C) Não poderá ser suspenso mais de uma vez no período de dezesseis meses, salvo previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e a aquiescência formal do empregado.
- D) Poderá ser suspenso por um período de 2 (dois) a 5 (cinco) meses, desde que o empregador notifique o sindicato da categoria com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da suspensão contratual.
- E) Poderá ser suspenso por período superior ao determinado por lei, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, bastando que o empregador arque com o ônus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional.

QUESTÃO 13 - Quanto ao FGTS, é **correto** afirmar:

- A) Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização e juros de 5% (cinco por cento) ao ano.
- B) Todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o 5º dia útil de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador.
- C) O empregador que não realizar os depósitos previstos no prazo legal, responderá pela atualização monetária da importância correspondente, com aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 20% (vinte por cento).
- D) O conselho curador do FGTS é integrado por 3 (três) representantes da categoria dos trabalhadores, 3 (três) representantes da categoria dos empregadores e 3 (três) representantes do Ministério do Trabalho e Emprego.
- E) A presidência do Conselho Curador do FGTS será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

QUESTÃO 14 - Na rescisão do contrato de trabalho do empregado estável:

- A) O pedido de demissão do empregado estável só será válido quando feito com a assistência do sindicato da categoria e autorização expressa do empregador.
- B) Extinguindo-se a empresa por motivo de força maior, ao empregado estável é garantido o pagamento da indenização em dobro.
- C) Não haverá estabilidade provisória aos empregados que exercem cargos de diretoria, de gerência ou outros de confiança imediata do empregador.
- D) Quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável em razão do grau de incompatibilidade resultante do dissídio, ao empregado estável é garantido o pagamento do período de estabilidade em dobro.
- E) Em caso de morte do empregado estável, aos herdeiros inscritos como dependentes no INSS é garantido o pagamento de indenização referente ao período restante da estabilidade.

QUESTÃO 15 - Em se tratando de trabalho exercido por empregada do sexo feminino, é **correto** afirmar que:

- A) Havendo trabalho aos domingos, a mulher terá direito ao descanso em 2 (dois) domingos mensais, conforme escala de revezamento quinzenal que a favoreça.
- B) Não será permitido o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres.
- C) É garantida por lei a dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de 4 (quatro) consultas médicas e exames complementares dos filhos menores de 5 (cinco) anos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- D) O trabalho noturno das mulheres terá salário superior ao diurno, sendo devido, no mínimo, o adicional de 25% (vinte e cinco por cento) por hora trabalhada.
E) A mulher terá direito a dois descansos de meia hora cada um para amamentar o filho até que este complete um ano de idade.

QUESTÃO 16 - O contrato por prazo determinado só será válido, segundo a norma legal, em se tratando:

- A) De serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, de atividades empresariais de caráter transitório ou de contrato de experiência.
B) De serviço cuja natureza não esteja vinculada à atividade-fim do empregador.
C) De serviço que diga respeito a certo acontecimento, ainda que suscetível de previsão aproximada.
D) De contrato individual em cujo bojo haja estipulação de prazo.
E) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 17 – Com base nas Súmulas do TST, no que concerne à prestação de serviços, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha somente as proposituras **corretas**:

- I. A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador de serviços em qualquer hipótese.
II. A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
III. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, mesmo se este for da Administração Pública, Direta ou Indireta, se evidenciada sua conduta culposa, decorrendo tal responsabilidade do mero descumprimento das obrigações pela empresa regularmente contratada.
IV. A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período de prestação laboral.
V. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que conste do título executivo judicial, mesmo que não haja participado da relação processual.

Está correta a alternativa:

- A) II e III.
B) I e II.
C) II e IV.
D) III e V.
E) I e V.

QUESTÃO 18 – Com base nas Súmulas do TST, no que concerne à jornada de trabalho, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha as proposituras **corretas**:

- I. É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso somente quando prevista em lei, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- II. Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação usufruído, como extra, acrescido do respectivo adicional.
- III. A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias não exime o empregador de pagar todas as horas trabalhadas.
- IV. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- V. Se ultrapassado o limite de dez minutos, de variação de horário do registro de ponto, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal.

Está correta a alternativa:

- A) I, III e V.
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, IV e V.
- E) II, IV e V.

QUESTÃO 19 – Em relação ao trabalho portuário observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha as proposituras **corretas**:

- I. Trabalhador avulso é aquele que presta serviços a vários tomadores por intermédio de uma entidade incumbida de administrar a mão de obra previamente habilitada.
- II. O trabalhador eventual é aquele presta serviços descontínuos a vários tomadores de serviços.
- III. Trabalhador avulso portuário é aquele que deve ser requisitado junto aos operadores portuários.
- IV. O OGMO responde pelos prejuízos causados pelos trabalhadores portuários avulsos aos tomadores de serviços ou a terceiros.
- V. O ingresso no registro do trabalhador portuário avulso depende de prévia seleção e respectiva inscrição no cadastro.

Está correta a alternativa:

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) III, IV e V.
- E) I, II e V.

QUESTÃO 20 – Segundo entendimento jurisprudencial dominante no Tribunal Superior do Trabalho, o reconhecimento de vínculo empregatício entre policial militar e empresa privada:

- A) É legítimo, dependendo do que prevê o Estatuto do Policial Militar.
- B) É ilegítimo, porque vedado pelo Estatuto do Policial Militar.
- C) É legítimo, mas requer ciência à autoridade competente, para fins de penalidade disciplinar, à vista do que dispõe o Estatuto do Policial Militar.
- D) É legítimo, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

prevista no Estatuto do Policial Militar.

E) Nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

QUESTÃO 21 – Quanto às teorias que dizem respeito à interpretação das normas jurídicas trabalhistas, destaca-se a do conglobamento, que consiste em:

A) Fracionamento do conteúdo dos textos normativos, retirando-se os preceitos e institutos singulares de cada um que se destaquem por seu sentido mais favorável ao trabalhador.

B) Apreender globalmente cada conjunto normativo, considerado o mesmo universo temático.

C) Pirâmide normativa construída de modo plástico e variável, elegendo a seu vértice dominante a norma que mais se aproxime do caráter teleológico do ramo justralhista.

D) Conciliação da eventual contradição entre as regras heterônomas estatais e as regras autônomas privadas coletivas, prevalecendo aquela que disciplinar a questão de modo mais benéfico.

E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 22 – São Prerrogativas dos sindicatos, segundo a lei:

A) Celebrar convenções coletivas e manter serviços de assistência judiciária para os associados.

B) Promover a conciliação nos dissídios de trabalho e a fundação de cooperativas de consumo e de crédito.

C) Eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal e fundar e manter agências de colocação.

D) Celebrar convenções coletivas de trabalho e a conciliação nos dissídios coletivos de trabalho.

E) Manter assistente social com atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe.

QUESTÃO 23 – Em relação às normas coletivas e a sua ultratividade, é possível afirmar. Aponte a alternativa **correta**:

A) As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa, convenção ou acordos coletivos vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho.

B) As condições de trabalho estabelecidas em norma coletiva, podem ser modificadas pelo contrato individual, com base na autonomia da vontade, ainda que mais favoráveis ao empregado.

C) Somente o que for convencionado em contrato coletivo válido para as categorias profissional e patronal de todo o país, não pode mais ser alterado por acordo individual de trabalho.

D) As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.

E) As condições de trabalho alcançadas por força de convenção coletiva integram de forma definitiva o contrato de trabalho, por serem referentes à toda categoria, o que não ocorre com os acordos coletivos porque levam em conta apenas e tão somente uma empresa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 24 – Sobre as normas coletivas aplicáveis à categoria diferenciada, conforme jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, é **correta** a afirmação:

- A) Existindo, ao mesmo tempo, gratificação por tempo de serviço, outorgada pelo empregador e outra da mesma natureza prevista em acordo coletivo, só o empregado integrante de categoria diferenciada tem direito de receber a gratificação que lhe for mais benéfica.
- B) A convenção coletiva aplicável à categoria diferenciada deve ser interpretada de forma estrita, uma vez que se destina à proteção dos direitos dos empregados que a integram e que são obrigatoriamente sindicalizados.
- C) As convenções coletiva de trabalho e os acordos coletivos de trabalho devem privilegiar os integrantes de categoria diferenciada na eleição de representantes em empresas que tenham mais de duzentos empregados.
- D) Por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares, as normas coletivas aplicáveis aos integrantes de categoria diferenciada são de observância obrigatória para os integrantes da categoria preponderante onde todos trabalham.
- E) Empregados integrantes de categoria diferenciada não têm o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 25- Nos termos da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta obedecerá aos seguintes princípios. Aponte a alternativa **incorreta**:

- A) Legalidade e publicidade.
- B) Eficiência e moralidade.
- C) Celeridade e impessoalidade.
- D) Publicidade e legalidade.
- E) Moralidade e publicidade.

QUESTÃO 26 - Autorizada doutrina entende que, quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço que não funcionou, funcionou tardia ou ineficientemente), é de se aplicar a teoria da responsabilidade subjetiva. Com fundamento nesta afirmação, no que se refere à responsabilidade do Estado, quanto aos danos por omissão, qual alternativa está **correta**:

- A) A responsabilidade do Estado por ato omissivo decorre às vezes de comportamento ilícito que se liga de forma estreita à responsabilidade objetiva.
- B) A responsabilidade do Estado se configura só pela relação entre a omissão estatal e o dano sofrido, sem que seja necessária a averiguação de negligência, imprudência ou imperícia no serviço.
- C) A aplicação da teoria da responsabilidade subjetiva, como consta do enunciado desta questão, pressupõe, na análise dos danos por omissão do Estado, a existência de culpa ou dolo, e que o Estado tenha incorrido em ilicitude, por não ter impedido ou haver sido insuficiente neste mister.
- D) O Estado não está obrigado a impedir evento danoso não havendo razão para que suporte as consequências da lesão.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

E) Aplica-se a teoria da responsabilidade subjetiva, se o Estado agiu de forma ineficiente, comportando-se abaixo dos padrões legais que deveriam nortear seu procedimento, sem que haja necessidade de se lhe imputar a prática de ato ilícito, culpa ou dolo.

QUESTÃO 27 – No que se refere ao “silêncio administrativo” pode-se afirmar. Aponte a alternativa **correta**:

- A) Não pode ser declarado por lei porque tal declaração equivale à imposição de prática de ato negativo.
- B) É ato jurídico com natureza de ato administrativo quando decorre do cumprimento de obrigação do agente público.
- C) O silêncio, como ato omissivo da Administração, é um fato jurídico, no caso, administrativo, porque o silêncio, como abstenção de declaração, não induz a prática de ato administrativo algum.
- D) É ato ilícito.
- E) Trata-se de declaração que produz efeitos jurídicos, dependendo de ação voluntária do agente público.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 28 – Qual das figuras abaixo significam, respectivamente: imputar falsamente fato definido com o crime e ofender a dignidade e o decoro. Aponte a alternativa **correta**.

- A) calúnia e difamação.
- B) injúria e calúnia.
- C) injúria e difamação.
- D) calúnia e injúria.
- E) difamação e injúria.

QUESTÃO 29 – Considerando as seguintes figuras penais: 1- furto; 2- extorsão direta ou extorsão indireta; 3- estelionato, e, 4- roubo, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha na ordem sequencial acima, as proposituras **corretas**.

- I. 1- subtração de coisa alheia móvel; 2- subtrair coisa alheia móvel com abuso de confiança; 3- subtrair coisa alheia móvel mediante concurso de duas pessoas; 4- subtrair coisa alheia móvel mediante violência à pessoa.
- II. 1- subtração de coisa alheia móvel; 2- apropriação de coisa alheia, de que tem a posse; 3- após a subtração da coisa alheia fazer grave ameaça contra a vítima; 4- subtrair coisa alheia com abuso de confiança.
- III. 1- subtração de coisa alheia móvel; 2- constranger alguém mediante grave ameaça para obter vantagem econômica; 3- obter para si ou para outrem vantagem ilícita, em prejuízo alheio induzindo-o a erro; 4- subtraída a coisa empregar violência contra a pessoa, assegurando a detenção da coisa.
- IV. 1- subtrair coisa alheia móvel comum, como sócio, para si ou para outrem; 2- deixar de repassar à Previdência Social as contribuições dos contribuintes; 3- deixar animais em propriedade alheia, sem consentimento de quem de direito; 4- empregar violência para deter coisa alheia.
- V. 1- subtração de coisa alheia móvel; 2- receber, como garantia da dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima; 3- vender, permutar, dar em pagamento coisa alheia como própria;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

4- subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante violência à pessoa.

Está correta a alternativa:

- A) I, II e III.
- B) I e IV.
- C) III e V.
- D) I, II e IV.
- E) II e V.

QUESTÃO 30 – Observe as proposições abaixo e aponte a alternativa que só contenha figuras criminais previstas nos pontos específicos da matéria de concurso, constante do edital:

- A) 1- vilipendiar cadáver ou suas cinzas; 2- reingressar no território nacional estrangeiro que de for expulso.
- B) 1- submeter alguém, menor de 18 anos à prostituição; 2- ofender alguém referindo-se à sua condição religiosa.
- C) 1- fazer afirmação falsa como perito; 2- inutilizar ou deteriorar coisa alheia.
- D) 1- alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto local, especialmente protegido por lei; 2- expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto iminente.
- E) 1- propalar, consciente da falsidade, imputação de crime a alguém; 2- violar direitos de autor e os que lhe são conexos.

BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 31 – Em relação à execução trabalhista, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposituras **corretas**.

- I. Concluída a avaliação dos bens, seguir-se-á a arrematação e, não havendo licitante, os bens deverão ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo Juiz ou Presidente.
- II. De acordo com a legislação trabalhista, a alienação de qualquer bem penhorado, será feita por iniciativa particular ou por leilão público.
- III. O objetivo da execução por quantia certa não é o de transferir os bens penhorados ao patrimônio do credor, e sim, propiciar que este possa ter, com o produto da expropriação atendido o seu direito.
- IV. O licitante da arrematação poderá fazê-la em dinheiro, com o sinal correspondente a, pelo menos, 20% do seu valor que, se não pago dentro de 24 horas, será perdido em prol da execução.
- V. Sendo a arrematação ato translativo de domínio, transmite esta ao arrematante o direito de propriedade dos bens expropriados, e se a coisa pertencia a terceiro, este perderá os direitos reais parciais que, acaso, possuísse sobre a coisa.

Está correta a alternativa:

- A) I e IV.
- B) II e III.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- C) III e IV.
- D) III e V.
- E) I e V.

QUESTÃO 32 – Em matéria de execução é correto afirmar. Aponte a alternativa **correta**:

- A) A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.
- B) Penhorados navios ou aeronaves, não podem continuar a navegar ou a operar até que sejam expropriados.
- C) É executável até a fase da constrição, mesmo na execução definitiva, a sentença atacada por recurso recebido no efeito meramente devolutivo.
- D) As contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho serão executadas *ex-officio*, salvo as resultantes de salários pagos durante o período contratual reconhecido.
- E) Quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais, a execução somente poderá ser promovida pelo autor, pelo réu ou pelo Juiz, *ex-officio*.

QUESTÃO 33 – Em relação à liquidação de sentença, é certo afirmar. Aponte a alternativa **correta**:

- A) Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz deverá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- B) A atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação trabalhista.
- C) Os atos de acerto de uma sentença ilíquida abrangem parte dos atos de constrição.
- D) A correção monetária não incide sobre o débito do trabalhador reclamante.
- E) Os juros de mora incidem sobre a importância da condenação não corrigida monetariamente.

QUESTÃO 34 – Em relação à execução trabalhista, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposições **corretas**.

- I. Considera-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens, quando sobre eles pender ação fundada em direito real.
- II. Na execução trabalhista, se a penalidade por ato atentatório à dignidade da jurisdição for aplicada, por meio de decisão interlocutória, o executado pode impugná-la quando dos embargos à execução ou por agravo de petição.
- III. Segundo dispositivo previsto na CLT, provisória é a execução quando pendente recurso extraordinário.
- IV. A penhora pode ser feita em qualquer lugar, ainda que os bens se encontrem sob a posse, detenção ou guarda de terceiros.
- V. Na execução provisória há impedimento legal ao oferecimento de embargos pelo executado.

Está correta a alternativa:

- A) I, IV e V.
- B) II, III e V.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- C) III, IV e V.
- D) I, II e IV.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 35 – Em matéria de custas processuais, é **incorreto** afirmar:

- A) Quando houver condenação, as custas incidirão sobre o respectivo valor.
- B) Quando houver extinção do processo, sem julgamento do mérito, as custas serão arbitradas.
- C) Quando houver julgamento de improcedência do pedido, as custas serão sobre o valor da causa.
- D) Sempre que houver acordo, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes, se de outra forma não for convencionado.
- E) Quando o valor for indeterminado, as custas serão fixadas pelo Juiz.

QUESTÃO 36 – Sobre a ação monitória é possível dizer:

- A) Trata-se de uma ação cautelar que tem por objeto o estado de fato inicial da lide.
- B) É instrumento processual colocado à disposição do devedor de quantia certa, de coisa fungível ou de coisa móvel determinada.
- C) É ação que tem por objeto liberar da obrigação aquele que tem o dever de prestar contas ou assegurar o direito daquele que pode exigí-la.
- D) É o meio pelo qual o credor de quantia certa ou de coisa móvel determinada, cujo crédito esteja provado por documento hábil requer a prolação de provimento judicial consubstanciado num mandado de pagamento ou de entrega de coisa.
- E) É a ação daquele que pretende, com base em prova escrita, que tenha eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.

QUESTÃO 37 – Em relação ao inquérito judicial para a apuração de falta grave não é possível afirmar. Aponte a alternativa **incorreta**:

- A) Trata-se de ação constitutiva necessária para a apuração de falta grave que autoriza a resolução de contrato de trabalho do empregado estável por iniciativa do empregador.
- B) Para a apuração de falta grave contra empregado garantido por estabilidade, o empregador ajuizará reclamatória, verbal ou escrita, perante a Vara de Trabalho, dentro de trinta dias, contados da data da suspensão do empregado.
- C) O empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito em que se verifique a procedência da acusação.
- D) A suspensão do contrato do empregado estável, acusado de falta grave, perdurará até decisão final do processo.
- E) Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários do período da suspensão.

QUESTÃO 38 – Em relação aos princípios e efeitos recursais, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposições **corretas**.

- I. O efeito translativo autoriza, em questões de ordem pública, que o julgamento ocorra *ultra* ou *extra petita*, bem como que não se observe o princípio do *non reformatio in pejus*.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- II. O efeito devolutivo pode ser examinado apenas em relação à sua extensão, mas não em relação à sua profundidade.
- III. O princípio da transcendência guarda pertinência com as nulidades relativas, vale dizer, estas só devem ser declaradas se e quando puderem acarretar prejuízo às partes.
- IV. O efeito expansivo permite que o tribunal, nos casos em que a sentença tenha julgado extinto o processo por ausência de pressupostos processuais ou condições da ação, adentre ao julgamento do mérito, quando a demanda versar exclusivamente sobre matéria de direito.
- V. O princípio da dialeticidade não exige que o recorrente decline as razões de seu inconformismo com a decisão hostilizada.

Está correta a alternativa:

- A) I e V.
- B) I, III e IV.
- C) II, IV e V.
- D) II e V.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 39 – Analise as seguintes proposições e aponte a alternativa **correta**:

- A) Segundo o art. 765, da CLT, os Juízos e Tribunais terão ampla liberdade na direção do processo, podendo determinar quaisquer diligências necessárias ao esclarecimento delas. Portanto, a tomada de interrogatório, inspeção judicial e oitiva de testemunhas, em geral, não excedem os poderes contemplados pela norma legal.
- B) Quaisquer documentos poderão ser juntados, a qualquer tempo, aos autos com o recurso.
- C) Os maiores de 18 e menores de 21 anos deverão pleitear perante a Justiça do Trabalho com a assistência de seus pais ou tutores.
- D) O menor de 18 anos não poderá ser ouvido como testemunha, nem como informante.
- E) No rito sumaríssimo, o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, dando especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

QUESTÃO 40 – De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposições **corretas**:

- I. O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negada a prestação de serviços e o desligamento, é do empregador.
- II. A indicação de perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, exceto se vencedora no objeto da perícia.
- III. Na Justiça do Trabalho, salvo hipóteses expressamente previstas, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato.
- IV. Cabível o recurso de revista ou embargos para reexame de fatos e provas.
- V. O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, sendo necessário, apenas, que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

Está correta a alternativa:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- A) I e III.
- B) I e V.
- C) III e IV.
- D) II e III.
- E) IV e V.

QUESTÃO 41 – Quanto à prova no processo do trabalho, consoante a doutrina. Aponte a alternativa **correta**:

- I. O ordenamento jurídico brasileiro não adota o princípio do livre convencimento, também chamado de princípio de persuasão racional.
- II. Com alicerce no princípio da imediação, deve-se privilegiar a impressão pessoal do juiz que fez a instrução, o qual manteve contato pessoal com as testemunhas.
- III. Prova ilícita é aquela que implica violação de norma de direito processual.
- IV. A prova há de ser analisada em seu conjunto, formando um todo unitário, em razão do que não se deve apreciar a prova isoladamente.
- V. O art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) prevê a possibilidade de inversão judicial do ônus da prova. Trata-se de princípio também adotado no processo do trabalho.

Está correta a alternativa:

- A) II e III.
- B) I, III e IV.
- C) II, IV e V.
- D) I, II, IV.
- E) II, III e V.

QUESTÃO 42 – O art. 518, § 1º, do CPC (cláusula impeditiva de recurso), nos termos da doutrina dominante e incidente no processo do trabalho, somente se aplica na seguinte hipótese:

- A) Se a sentença está de acordo com súmula do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.
- B) Se a sentença, não reconhecendo o contrato de trabalho, decreta a carência da ação, mas a reclamada, inconformada, recorre.
- C) Se a sentença decreta a improcedência de todos os pedidos, dentre eles o de horas extraordinárias *in itinere*, matéria esta já sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- D) Se houve sentença contrária a Súmula vinculante.
- E) Se a sentença estiver de acordo com Orientação Jurisprudencial ou Precedente Normativo do TST.

QUESTÃO 43 – Aponte a alternativa **incorreta**:

- A) Segundo o TST, não se aplica ao processo do trabalho o *caput* do art. 557, do CPC (majoração dos poderes do relator).
- B) O juiz do trabalho não está adstrito às conclusões do laudo pericial, consoante a lei.
- C) A compensação há de ser alegada em defesa, segundo a lei.
- D) Dá-se a confissão ficta pela recusa da parte em responder as perguntas formuladas pelo juiz, conforme a doutrina.
- E) Segundo o entendimento jurisprudencial é incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 44 – Analise as seguintes proposições, consoante entendimento majoritário da doutrina. Aponte a alternativa **correta**:

- I. O princípio “em dúvida pelo mísero” é aplicável tanto ao direito material, quanto direito processual do trabalho.
- II. A Súmula nº 74, do TST, quanto à confissão do reclamante, configura exemplo de adoção de procedimentos e técnicas do processo civil.
- III. O duplo grau de jurisdição é princípio que não comporta exceções.
- IV. Exceções dilatórias são aquelas que obstam o curso normal do processo, pois constituem incidentes que deverão ser resolvidos antes de qualquer procedimento meritório.
- V. Reconvenção é admitida no processo do trabalho, sendo irrelevante que a matéria por ela trazida tenha liame de conexão com o pedido principal.

Está correta a alternativa:

- A) II e IV.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) III e V.
- E) I e V.

QUESTÃO 45 – Em relação à Ação Civil Pública, assinale a alternativa **correta**:

- A) É cabível na hipótese de danos morais e patrimoniais causados a qualquer interesse difuso ou coletivo, inclusive em se tratando de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- B) Pode ser proposta pelo Ministério Público, quando os fatos objeto da ação, chegaram ao seu conhecimento por juízes e tribunais, no exercício de suas funções, ou por qualquer pessoa.
- C) Será instruída por certidões e informações, que não podem ser negadas pela autoridade competente.
- D) Em que for reconhecida a litigância de má fé da associação autora, terá os seus diretores subsidiariamente responsáveis pelas condenações impostas.
- E) Deve ser proposta no Tribunal Regional do Trabalho competente para julgar a matéria discutida.

QUESTÃO 46 – Observe as proposições seguintes e ao final aponte a alternativa com as proposituras **corretas**:

- I. Documento novo é o cronologicamente velho, já existente ao tempo da decisão rescindenda, mas ignorado pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo.
- II. É considerado documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado a sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda e a sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, por culpa da parte, quando podia e deveria louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda.
- III. O inciso VIII, do art. 485, do CPC, ao tratar do fundamento para invalidar a confissão, como hipótese de rescindibilidade da decisão judicial, refere-se à



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

confissão real, fruto de erro, dolo ou coação, e à confissão ficta resultante de revelia.

IV. Pode uma questão processual ser objeto de rescisão desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.

V. O dolo processual, previsto no inciso III, do art. 485, do CPC, pode ocorrer mesmo se a decisão rescindenda for homologatória de acordo pois, neste caso, apesar de não existir parte vencedora ou vencida, uma das partes sempre será mais prejudicada que a outra.

Está correta apenas a alternativa:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) IV e V.
- e) II e V.

QUESTÃO 47 – Quanto ao Dissídio coletivo, é **correto** afirmar que:

- A) O dissídio coletivo não é cabível em face de pessoa jurídica de direito público para apreciação de cláusulas de natureza social.
- B) Os dissídios coletivos de natureza jurídica e econômica podem prescindir de autorização da categoria e de negociação prévia, quando o direito for previsto em Convenção Internacional, ratificada pelo país.
- C) O dissídio coletivo de natureza jurídica é viável para a interpretação de normas de caráter específico e genérico, bastando que sejam de interesse dos trabalhadores.
- D) A competência originária para conhecer e julgar os dissídios coletivos é das Varas do Trabalho e, excepcionalmente, dos Tribunais, se o conflito exceder a área territorial de sua jurisdição.
- E) Contra a decisão do Tribunal Regional do Trabalho em dissídio coletivo é cabível recurso ordinário à Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 48 – Em relação às reclamações trabalhistas enquadradas no procedimento sumaríssimo, aponte a alternativa **correta**:

- A) A parte deverá manifestar-se sobre os documentos apresentados pela parte contrária imediatamente, sem a concessão de prazo, em razão do princípio da celeridade.
- B) O pedido poderá ser incerto, desde que haja a indicação do valor correspondente.
- C) Os atos essenciais e as afirmações fundamentais produzidas em audiência serão registradas na ata de audiência, salvo se o juiz proferir a decisão na mesma data da realização da instrução.
- D) As provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, mesmo que não tenham sido requeridas previamente.
- E) Só será deferida a realização de perícia técnica quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, vedada a indicação de assistente técnico.

QUESTÃO 49 – Observe as proposições seguintes e ao final aponte a alternativa que contenha proposições **corretas**:

- I. A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- II. A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo, desde que ele seja representado por outro empregado que exerça a mesma atividade ou por seu advogado.
- III. Não se configura conflito de competência, o impasse existente entre um Tribunal Regional do Trabalho e uma Vara do Trabalho a ele vinculada.
- IV. Não ocorre deserção de recurso da massa falida e da empresa em liquidação extrajudicial por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação.
- V. A intervenção assistencial, simples ou adesiva, só é admissível se demonstrado o interesse econômico e não o meramente jurídico.

Está correta a alternativa:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) II e V.
- e) II, III e IV.

QUESTÃO 50 – A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

- A) Violar literal disposição de lei baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais.
- B) Houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença.
- C) Proferida por juiz impedido, suspeito, ou absolutamente incompetente.
- D) Não conhecer do recurso de revista, com base em divergência jurisprudencial.
- E) Resolver a respeito de prazo prescricional aplicável aos créditos trabalhistas.

QUESTÃO 51 – É **correto** afirmar que a ação de cumprimento ajuizada pelo sindicato é hipótese de:

- A) Representação processual, já que o sindicato não é parte, mas apenas atua em nome do representado.
- B) Substituição processual, pois a ação é ajuizada em nome próprio, mas em defesa de direito alheio.
- C) Substituição processual, pois a ação é ajuizada em nome alheio para defender direito de outrem.
- D) Legitimação ordinária, pois o sindicato figura como representante dos interesses da categoria em juízo.
- E) Legitimação extraordinária que surge com a inércia do legitimado ordinário.

QUESTÃO 52 – Em relação aos dissídios individuais e coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho, segundo a CLT, é **correto** dizer que:

- A) É lícito às partes celebrar acordo, somente durante o juízo conciliatório.
- B) Não é obrigatória a tentativa de acordo antes do oferecimento da defesa.
- C) Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral.
- D) Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á facultativamente em arbitral.
- E) A conciliação é permitida, apenas, até o encerramento da instrução processual.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 53 – Em relação à contagem de prazo e o que dispõe a lei trabalhista, é **correto** dizer:

- A) Os prazos contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- B) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.
- C) Se a intimação tiver lugar na sexta-feira, o prazo judicial será contado da terça-feira imediata, inclusive.
- D) O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua prolação.
- E) Os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia feriado serão suspensos.

QUESTÃO 54 – Em relação às custas, considerando-se entendimento sumulado do C. Tribunal Regional do Trabalho, é **correto** dizer:

- A) Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou depósito do valor da condenação, o mesmo ocorrendo com empresa em liquidação extrajudicial.
- B) Nas ações plúrimas, as custas incidem sobre o valor correspondente a cada um dos autores, de forma isolada.
- C) A parte vencedora na 1ª instância, se vencida na 2ª, não está obrigada a pagar as custas fixadas na sentença originária.
- D) Os privilégio e isenções no foro da Justiça do Trabalho abrangem as sociedades de economia mista.
- E) Nas ações plúrimas, as custas incidem sobre o respectivo valor global.

QUESTÃO 55 – Sobre atos, termos, prazos e despesas processuais, aponte a alternativa **correta**:

- A) Sempre que houver acordo, se outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá à empresa-ré, porque o reclamante-autor é a parte hipossuficiente.
- B) São devidas custas no processo de execução, na hipótese de os cálculos de liquidação serem realizados pelo contador do juízo, atribuídas ao executado e pagas ao final, sempre calculadas em 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor liquidado.
- C) O marco inicial da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação condenatória, quando advém a dispensa do empregado no curso de ação declaratória que possua a mesma causa de pedir remota, é a data da publicação da decisão proferida na ação declaratória e não a data da extinção do contrato.
- D) Recebida a intimação pela parte em um sábado, o prazo para a prática do ato terá a sua contagem iniciada na terça-feira, se no dia anterior tiver havido regular expediente forense.
- E) São isentos do pagamento de custas a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica, inclusive as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.

QUESTÃO 56 – Em relação aos honorários advocatícios, aponte a alternativa **correta**:

- A) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento) decorre da sucumbência e a parte pode estar assistida por seu sindicato da categoria profissional, além de comprovar a percepção



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

B) É incabível a condenação em honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.

C) Não são devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual.

D) Não são devidos os honorários advocatícios ao sindicato, nas lides que não derivem da relação de emprego.

E) A condenação em honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, nunca superiores a 15% (quinze por cento) não decorre, pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional, perceber salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 57 – Em relação ao servidor público estável e a perda de seu cargo, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha as proposituras **corretas**:

- I. Por extinção ou por declarada a desnecessidade do cargo.
- II. Por sentença transitada em julgado.
- III. Por processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- IV. Por procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da Lei, assegurada ampla defesa.
- V. Em virtude de excesso de despesa, não fazendo jus a qualquer indenização.

Está correta a alternativa:

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, III e V.
- E) II, IV e V.

QUESTÃO 58 – Em relação aos princípios relativos à ordem econômica, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha as proposituras **corretas**:

- I. Soberania nacional, liberdade de consciência, livre expressão da atividade intelectual.
- II. Livre concorrência, soberania nacional, defesa do consumidor.
- III. Liberdade de consciência, defesa do meio ambiente, livre concorrência.
- IV. Busca do pleno emprego, soberania nacional, redução das desigualdades regionais e sociais.
- V. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, redução das desigualdades regionais e sociais, defesa do consumidor.

Está correta a alternativa:

- A) I, II e III.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- B) II, III e V.
- C) II, III e IV.
- D) II, IV e V.
- E) I, IV e V.

QUESTÃO 59 – Em relação às terras indígenas, não é possível dizer. Aponte a alternativa **incorreta**:

- A) São aquelas reconhecidas que os índios tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- B) São aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas.
- C) São aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar.
- D) São aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios, favorecendo o Estado a organização da atividade garimpeira apenas em cooperativas.
- E) São aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios, destinadas a sua posse permanente cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

QUESTÃO 60 – A seguridade social compreende. Aponte a alternativa **correta**:

- A) Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- B) Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes da República, destinados a assegurar direitos relativos à saúde e à assistência social.
- C) Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- D) Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes da República e da iniciativa privada destinados a assegurar os direitos e deveres relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- E) Um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde e à previdência social.

QUESTÃO 61 – Observando que a Seguridade Social será financiada por toda sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições sociais, aponte em relação a esta última a alternativa **correta**:

- A) Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título à pessoa jurídica que lhe preste serviços.
- B) Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título à pessoa física que lhe preste serviços subordinados.
- C) Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou a ele creditados, bem como a qualquer título à pessoa física ou jurídica que lhe preste serviços.
- D) Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

qualquer título pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

E) Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da legislação em vigor, incidentes na folha de pagamentos e rendimentos adimplidos ou debitados, a qualquer título à pessoa física que lhe preste serviços.

QUESTÃO 62 – Em relação ao meio ambiente, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposituras **corretas**.

- I. Incumbe ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- II. Incumbe ao Poder Público preservar e fiscalizar as entidades de pesquisa e manipulação do material genético, bem como preservar a fauna das matas cerradas, consideradas patrimônio da União, salvo as espécies em extinção.
- III. Incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- IV. Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- V. Incumbe ao Poder Público proteger os ecossistemas, abrangendo as espécies nativas e os animais domésticos, bem como regular a exploração dos recursos minerais impondo a compensação de atos lesivos pela indenização correspondente.

É correta a alternativa:

- A) I, III e IV.
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, II e V.
- E) I, IV e V.

QUESTÃO 63 – Sobre a Federação Brasileira não é possível dizer. Aponte a alternativa **incorreta**:

- A) Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas por lei ordinária.
- B) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- C) Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas por lei complementar.
- D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual dentro do período determinado por Lei Complementar Federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos e criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

QUESTÃO 64 – Em relação ao Estado Federal, observe as proposições abaixo e ao final



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

aponte a alternativa que contenha as proposituras **corretas**.

- I. A intervenção federal é mecanismo drástico e excepcional, destinado a manter a integridade dos princípios basilares da Constituição, enumerados de forma taxativa na Constituição Federal.
- II. O Estado Federal expressa um modo de ser do Estado, em que se divisa uma organização administrativamente descentralizada, embora politicamente centralizada, com os Estados participando das deliberações da União, dispondo ao direito de secessão.
- III. O Presidente da República pode, mediante fundamentada provocação, decretar a intervenção federal em um Estado.
- IV. O poder constituinte de um Estado Federal, é soberano, sendo dotado de autoridade plena, para se organizar e reger-se pelas Constituições e leis que adotar.
- V. A adoção de medidas parlamentaristas pelo Estado-Membro, quando no âmbito da União se acolhe o presidencialismo, é imprópria por ferir o princípio da separação dos poderes, como desenhados pela Constituição Federal.

Está correta a alternativa:

- A) I e II.
- B) III e V.
- C) II e IV.
- D) I e V.
- E) II e III.

QUESTÃO 65 – Em relação à 2ª Instância da Justiça do Trabalho, é possível dizer. Aponte a alternativa **correta**:

- A) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, oito e de, no máximo, 94 Desembargadores.
- B) A Constituição Federal estabelece que haverá pelo menos um TRT em cada Estado e Distrito Federal, exceção feita ao Estado de São Paulo.
- C) Na composição dos TRTs levar-se-á em conta a nomeação de advogados escolhidos em lista triplíce organizada pelo Tribunal, em cada Estado e Distrito Federal com base em lista sêxtupla organizada pelo respectivo Conselho da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.
- D) Na composição dos TRTs levar-se-á em conta um quinto dos membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício.
- E) Os Tribunais Regionais do Trabalho têm sede nas capitais dos Estados membros da Federação, sendo vedada a sua descentralização.

QUESTÃO 66 – No que tange aos princípios fundamentais da Constituição Federal, de 1988, aponte a alternativa **incorreta**:

- A) São princípios relativos à existência, forma e tipo de Estado, o princípio republicano e o princípio federativo.
- B) São princípios relativos à organização da sociedade o princípio da livre organização social e o princípio da solidariedade.
- C) São princípios relativos à vida política, o princípio da cidadania e do pluralismo político.
- D) São princípios relativos ao regime democrático, o princípio da soberania popular e o princípio da representação política.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

E) São princípios relativos à prestação positiva do Estado o princípio do desenvolvimento nacional e o da prevalência dos direitos humanos.

QUESTÃO 67 – Em relação aos direitos e garantias individuais e coletivos e sociais, previstos na Constituição Federal, aponte a alternativa **correta**:

- A) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos associados, inclusive em questões judiciais e administrativas.
- B) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos, mesmo que seus interesses profissionais ou previdenciários não sejam objeto de discussão e deliberação.
- C) Todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.
- D) Todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações, sem qualquer exceção, de seu interesse particular, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.
- E) Trata-se de direito social de interesse coletivo a utilização da propriedade particular, pelo poder público, no caso de iminente perigo, ainda que não haja ressarcimento de qualquer indenização em caso de dano.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 68 – Um cidadão adquire um quadro pensando se tratar de um original de um famoso pintor. Efetua o pagamento e, após lhe ser entregue o quadro, descobre que se trata de uma cópia. Conforme o Código Civil em vigor, o comprador tem contra o vendedor a ação:

- A) Indenizatória com o objetivo de anular o negócio rejeitando o quadro por estar defeituoso.
- B) Redibitória pelo fato de ter laborado em erro não substancial que recai sobre o objeto da compra, pleiteando a anulação do negócio.
- C) Anulatória conservando o quadro e pleiteando abatimento do preço.
- D) Anulatória pleiteando anulação do negócio por ter laborado em erro substancial que recai sobre qualidade essencial do objeto.
- E) Redibitória para a rescisão do contrato e devolução do bem vendido como cópia, pedindo abatimento do preço.

QUESTÃO 69 – Sobre prescrição e decadência é **correto** afirmar que:

- A) A prescrição pode ser alegada pela parte que aproveita em qualquer grau de jurisdição, mas não pode ser argüida em recurso extraordinário ou especial, se não tiver sido prequestionada a matéria.
- B) O Código Civil é expresse ao dispor que a renúncia à prescrição pode ser ultimada mesmo antes da consumação do prazo prescricional.
- C) A prescrição da ação constitui matéria de ordem pública, nas ações relativas a direitos patrimoniais, reais ou pessoais, podendo ser alegada em qualquer grau de jurisdição ou ser conhecida de ofício pelo juiz.
- D) A renegociação da dívida não altera os termos de vínculo de obrigação precedente, o que impede a renúncia à prescrição de forma tácita.
- E) A decadência e a prescrição são prazos extintivos e o início de seu cômputo ocorre



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

com o nascimento do direito.

QUESTÃO 70 - As obrigações são classificadas em várias espécies. Considerando-as, assinale a alternativa que contém **correto** entendimento:

- A) O devedor que descumpre obrigação de não fazer considera-se em mora.
- B) A obrigação alternativa induz múltiplas prestações, uniformes ou não, em que o obrigado se libera prestando todas elas.
- C) A obrigação, para ser considerada solidária, não precisa se basear em idêntica causa ou fundamento.
- D) A obrigação passiva solidária se caracteriza por uma variedade de devedores que assumem débitos com um único credor, criando entre si vínculo que os torna responsáveis pelo débito de todos.
- E) A renúncia ou exoneração da solidariedade quanto a um devedor implica a extinção da obrigação quanto a todos os devedores.

QUESTÃO 71 – Nos termos do Código Civil em vigor, no que trata das Fundações:

- A) São pessoas jurídicas de natureza híbrida, porque podem ser administradas por particulares e por entidades públicas.
- B) Os bens que integram o patrimônio das fundações podem ser incorporados ao patrimônio de seu fundador quando de sua extinção.
- C) São constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, ficando-lhes vedada atividade ligada à assistência social, ainda que constituídas por escritura pública.
- D) Assim como as associações, podem empreender atividade econômica, porque tendo natureza similar, podem destinar a renda que auferirem à consecução de seu objetivo social.
- E) São pessoas jurídicas de direito privado, constituídas por escritura pública ou por testamento, restringindo-se sua atividade no cumprimento de objetivos de cunho religioso, moral, cultural ou assistencial.

QUESTÃO 72 – Com base no pagamento e extinção das obrigações, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha as proposituras **corretas**:

- I. Pagamento é a execução voluntária e exata, por parte do devedor, da prestação devida ao credor, no tempo, forma e lugar previstos no título constitutivo.
- II. Somente opera-se a sub-rogação de pleno direito, em favor do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou pode ser obrigado, de forma total.
- III. O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
- IV. Quando por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o Juiz de ofício, corrigi-lo, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.
- V. Quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última estabelece a presunção “juris et de jure” de estarem solvidas as anteriores.

Está correta apenas a alternativa:

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) II e V.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

E) I e II.

QUESTÃO 73 – Em relação ao inadimplemento das obrigações, está **incorreto** afirmar:

- A) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária e honorários advocatícios.
- B) O devedor, que se obriga a não praticar dado ato, será tido como inadimplente, a partir da data em que veio a executar, dolosamente, ato de que deveria abster-se, violando o dever de *non facere*.
- C) Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.
- D) Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.
- E) Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

QUESTÃO 74 – Quanto à hierarquia, interpretação e integração da lei, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha as proposituras **corretas**:

- I. A parêmia latina *in claris cessat interpretatio* não tem qualquer aplicabilidade, pois tanto as leis claras como as ambíguas comportam interpretação.
- II. Interpretação significa estender o sentido da norma a relações novas, inéditas ao tempo de sua criação.
- III. A equidade judicial é aquela em que o legislador, explícita ou implicitamente, diz incumbir ao magistrado a decisão por equidade ao caso concreto.
- IV. Para integrar a lacuna o Juiz recorre à equidade, para bem interpretar o sistema.
- V. É uma das funções da interpretação temperar o alcance do preceito normativo, para fazê-lo corresponder às necessidades reais e atuais de caráter social.

Está correta a alternativa:

- A) I, III e V.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) III, IV e V.
- E) I, IV e V.

QUESTÃO 75 – Aponte dentre as alternativas abaixo qual contenha a definição **incorreta** de contrato:

- A) Compra e venda vem a ser o contrato em que uma pessoa se obriga a transferir a outra a propriedade corpórea ou incorpórea de uma coisa, mediante o pagamento de certo preço em dinheiro.
- B) Comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis, por liberalidade, com a transferência do patrimônio, bens e vantagens para o patrimônio de outra pessoa.
- C) Mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis, com a transferência do domínio da coisa emprestada ao mutuário, por cuja conta correm todos os riscos dela desde a tradição.
- D) Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes, para em seu nome, praticar atos ou administrar interesses.
- E) Transação é um negócio jurídico bilateral, pelo qual as partes interessadas, fazendo-se concessões mútuas, previnem ou extinguem obrigações litigiosas ou duvidosas.

QUESTÃO 76 – Em relação à prática de atos e à responsabilidade, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposituras **corretas**:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- I. Comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, desde que não seja exclusivamente moral.
- II. Constitui-se em ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, excedendo os limites do indispensável para a sua remoção.
- III. A pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário mínimo vigente ao tempo da sentença e ajustar-se-á a variações ulteriores.
- IV. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- V. Goza de privilégio especial sobre os bens do devedor, o crédito por custas judiciais, ou por despesas com a arrecadação e liquidação da massa.

Está correta a alternativa:

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e V.

QUESTÃO 77 – Em relação ao tema referente a empresas e sociedades, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha as proposituras **corretas**:

- I. A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada pode figurar em mais de uma empresa dessa modalidade.
- II. O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- III. Diz-se coligada ou filiada a sociedade de cujo capital outra sociedade participa, com quinze por cento ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.
- IV. Independentemente de seu objeto, considerar-se-á empresária a sociedade por ações e simples, a cooperativa.
- V. Até noventa dias, após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles.

Está correta a alternativa:

- A) I e V.
- B) II, IV e V.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.
- E) III e V.

QUESTÃO 78 – Em relação à dissolução da sociedade observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. Dissolve-se a sociedade pela deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade por prazo indeterminado.
- II. A sociedade pode vir a ser dissolvida judicialmente a requerimento de qualquer



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

sócio, se houver sido anulada a sua constituição.

- III. Ocorrida a dissolução, cumpre aos administradores providenciar imediatamente a liquidação da sociedade e paralisar a gestão própria dos negócios, vedando novas operações.
- IV. Se a sociedade dissolver-se por extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar, caberá ao Ministério Público, tão logo receba a comunicação, a promoção da liquidação judicial, se os administradores não o fizerem nos trinta dias seguintes à perda da autorização.
- V. Qualquer sócio poderá dar por dissolvida a sociedade, parcialmente, se verificada a inexistência ou seu fim social.

É correta a alternativa:

- A) I, II e IV.
B) II, III e IV.
C) III, IV e V.
D) I, III e V.
E) I, II e V.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 79 – Quanto ao prazo prescricional, relativamente a contrato de trabalho do adolescente, com idade entre 10 e os 19, 20 ou 21 anos, considerando-se ajuizamento da ação imediatamente após a rescisão, a doutrina entende que:

- A) Não haveria prescrição a ser declarada.
B) A prescrição abarcaria somente o quinquênio anterior à relação empregatícia.
C) Já teria decorrido o biênio prescricional.
D) A prescrição abarcaria o quinquênio anterior à propositura da ação.
E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 80 – Quanto à legislação e à doutrina, que tratam o trabalho do menor aprendiz, é certo dizer:

- I. A extinção natural do contrato de aprendizagem necessariamente ocorre com o implemento do prazo de dois anos de contrato de trabalho.
II. São asseguradas todas as garantias de emprego, de como é exemplo, aquela relativa à gravidez.
III. Ao aprendiz é assegurada jornada de seis horas, diárias, e trinta semanais.
IV. Não faz jus ao adicional noturno e hora noturna reduzida, já que a aprendizagem está restrita aos menores de 18 anos, aos quais o trabalho noturno é proibido.
V. O trabalho a tempo parcial não é compatível com o contrato de aprendizagem.

Está correta a assertiva:

- A) I e III.
B) II e III.
C) IV e V.
D) I e V.
E) III e V.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

BLOCO III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 81 – Em relação à execução, observe as proposições abaixo e ao final aponte a proposição **correta**:

- I. O credor, que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutida a coisa que se achar em seu poder.
- II. A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, mais 30% (trinta por cento).
- III. O fiador, quando executado, não poderá nomear à penhora bens livres e desembargados do devedor, já que o credor pode optar pelos bens de maior valor, conforme sua preferência.
- IV. Considera-se atentatório à dignidade da Justiça o ato do executado que, intimado, não indica ao juiz, em 10 (dez) dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.
- V. Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário, com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exeqüente as quantias recebidas, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida.

Está correta a alternativa:

- A) I, IV, V.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e V.
- D) III e V.
- E) I, III e V.

QUESTÃO 82 – O autor **A** ajuizou ação objetivando os pedidos **w**, **x**, **y** e **z**, sucumbindo quanto a **w**, **y** e **z**. Interpôs recurso de apelação buscando o beneplácito da instância superior, somente quanto ao pedido **y**. Notificado de que o réu **R** apelou de toda a sentença, o autor **A** pretende ampliar seu inconformismo para pleitear o pedido **z** junto à instância superior. À vista da apelação do réu **R**, poderia **A** propor recurso de apelação adesiva, mesmo já havendo interposto recurso autônomo de apelação?

- A) Sim, **A** poderá interpor recurso quanto ao pedido **z**, não havendo preclusão porque o réu apelou de toda a sentença.
- B) Sim, **A** poderá interpor recurso. No entanto, deverá recorrer quanto a **w** e **z** e não apenas de um único pedido, porque com a interposição do recurso pelo réu **R**, foi devolvida toda a matéria.
- C) Sim, **A** poderá interpor novo recurso quanto ao pedido **z**, quanto ao pedido **w**, ou quanto a ambos, diante do princípio da complementaridade.
- D) Não, **A** não poderá interpor novo recurso diante do princípio da consumação. Além disso, o recurso adesivo não pode ser interposto se a parte já apresentou recurso principal.
- E) Não, **A** não poderá interpor novo recurso diante do princípio da translatividade plena, podendo o tribunal modificar a sentença no que entender correto.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 83 – Quanto aos procedimentos cautelares, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O arresto tem lugar quando o devedor, sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.
- B) O sequestro de bens móveis, semoventes ou imóveis, pode ser decretado judicialmente, independentemente de requerimento da parte, quando houver disputa de propriedade ou posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.
- C) O mandado de busca e apreensão será cumprido por dois oficiais de justiça, um dos quais o lerá ao morador, intimando-o a abrir as portas. Não atendidos, os oficiais de justiça arrombarão as portas externas, bem como as internas e quaisquer móveis onde presumam que esteja oculta a pessoa ou a coisa procurada.
- D) A produção antecipada da prova pode consistir em interrogatório da parte, inquirição de testemunhas e exame pericial, sendo este último admissível se houver fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.
- E) O protesto ou interpelação não admite defesa nem contraprotesto nos autos; mas o requerido poderá contraprotestar em processo distinto.

QUESTÃO 84 – Em relação à jurisdição e competência, aponte a alternativa **correta**:

- A) Com base no artigo 88, do CPC (competência concorrente), podemos deduzir que a decisão proferida por autoridade judiciária estrangeira sobre matérias elencadas no artigo retrocitado produzirá efeitos no Brasil, após homologada pelo STF.
- B) Quaisquer causas, propostas perante quaisquer Juízos, desde que nelas intervenha a União, na condição de autora, ré, assistente ou oponente, desloca a competência para a Justiça Federal.
- C) Quando declarada a incompetência absoluta, apenas os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao Juízo competente, mas não há necessidade de declaração expressa de nulidade.
- D) A incompetência é defeito respeitante à pessoa física que integra o órgão jurisdicional, enquanto o impedimento é defeito respeitante ao órgão jurisdicional.
- E) A ação de reparação de dano contra a pessoa jurídica deve ser proposta no local onde se situa a sede da referida pessoa.

QUESTÃO 85 – Em matéria de sujeitos do processo, representação e assistência, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha proposições **corretas**:

- I. Capacidade de ser parte é a aptidão para ter direitos e obrigações, tal como adjudicada a um sujeito de direito.
- II. Capacidade processual significa a possibilidade de alguém, idoneamente, instaurar um processo porque maior e capaz.
- III. Como cabe ao marido e ao pai o exercício do poder familiar, com a colaboração da mulher, a representação do filho menor, em Juízo, far-se-á precipuamente pelo pai.
- IV. O prefeito de um Município não tem necessariamente capacidade postulatória, mas tem capacidade para constituir advogado. Já o procurador haverá de ter capacidade postulatória.
- V. A capacidade processual da mulher casada é plena, para toda e qualquer matéria.

Está correta a alternativa:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- A) I, IV e V.
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e V.

QUESTÃO 86 – No que tange a exclusividade da competência da autoridade jurisdicional brasileira, é **certo** afirmar que ela ocorre:

- I. Para conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- II. Quando o réu, qualquer que seja sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- III. Se no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.
- IV. Se a ação tiver origem em fato ocorrido ou em ato praticado no Brasil.
- V. Para proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.

Está correta a alternativa:

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) IV e V.
- E) I e V.

QUESTÃO 87 – A suspensão necessária e a suspensão facultativa do processo estão previstas no CPC. Observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha a única opositura de suspensão facultativa:

- I. Incapacidade ou irregularidade da representação do patrono das partes.
- II. Intervenção de terceiros.
- III. Denúnciação da lide.
- IV. Chamamento ao processo.
- V. Pela convenção das partes nunca excedente a seis meses.

Está **correta** a alternativa:

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) IV.
- E) V.

QUESTÃO 88 – Na relação jurídico-processual podem ser agregadas outras pessoas com interesse na solução da lide. Identifique nas proposições abaixo as figuras de intervenção de terceiro, apontando a alternativa em que conste a ordem sequencial **correta**:

- I. Ação de indenização movida contra a Administração Pública, por dano causado por funcionário público, que ingressa em Juízo, também.
- II. Ação reivindicatória movida por A contra B e C, em que este se apresenta como proprietário do imóvel, pretendendo a coisa sobre a qual litigam A e B.
- III. Ação movida contra quem tem a detenção da coisa e o detentor busca a mudança no polo passivo da demanda.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

Está correta a alternativa:

- A) assistência, oposição, nomeação à autoria.
- B) oposição, nomeação à autoria, assistência.
- C) nomeação à autoria, oposição, assistência.
- D) assistência, assistência, nomeação a autoria.
- E) nomeação a autoria, oposição, nomeação a autoria.

QUESTÃO 89 – Em relação à medida cautelar e a perda da sua eficácia, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa **correta**:

- I. O juiz declarar extinto o processo principal com ou sem julgamento do mérito.
- II. Quando for substituída, de ofício, pela prestação de caução adequada e suficiente para evitar ou reparar a lesão.
- III. Cessa no prazo de 30 (trinta) dias se não for interposta a ação principal.
- IV. Cessa se não executada no prazo de 20 (vinte) dias.
- V. Cessa se não executada no prazo de 40 (quarenta) dias.

Está correta a alternativa:

- A) II, III e IV.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) III, IV e V.
- E) II, IV e V.

QUESTÃO 90 – Em relação à antecipação dos efeitos da tutela, considerando-se o que dispõe a lei processual, é **correto** dizer:

- A) Também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos sucessivos, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- B) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, não poderá o juiz deferi-la, dada à incompatibilidade entre tais institutos.
- C) Não poderá ser revogada ou modificada, salvo se já contestada.
- D) Concedida a antecipação dos efeitos da tutela, o juiz poderá impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.
- E) Concedida a antecipação dos efeitos da tutela e, portanto, satisfeita a pretensão, ocorrerá o julgamento antecipado do feito.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

QUESTÃO 91 – Para efeito da Convenção de Viena, de 1961, sobre Relações Diplomáticas, pode-se dizer. Apontar a alternativa **correta**:

- A) Criado particular é a pessoa do serviço doméstico de um Membro da Missão Diplomática, podendo ser empregado do Estado acreditante.
- B) O Estado acreditante e o Chefe de Missão Diplomática estão isentos de todos os impostos e taxas nacionais, regionais ou municipais, sobre os locais da missão, de que sejam proprietários ou inquilinos, excetuados os que representem impostos e taxas que incumba as pessoas por ele contratados para a prestação de serviços.
- C) O agente diplomático goza de imunidade de jurisdição civil e administrativa, mesmo



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

em ação sucessória, em que figure a título privado, como executor testamentário.

D) O agente diplomático estará no tocante aos serviços prestados do Estado acreditante, isento das disposições sobre seguro social do Estado acreditado, isenção também aplicável aos criados particulares nacionais do Estado acreditado.

E) O agente diplomático gozará de isenção de impostos e taxas, pessoais ou reais, regionais ou municipais, diretos e indiretos incluídos no preço dos serviços.

QUESTÃO 92 – Sobre a OIT – Organização Internacional do Trabalho é possível dizer. Aponte a alternativa **correta**:

A) A Conferência Geral pode admitir Membro da Organização por maioria de um terço dos delegados presentes na seção, incluindo dois terços dos delegados governamentais presentes.

B) O Conselho de Administração será composto de cinquenta e oito pessoas, sendo vinte e seis representantes dos Governos, dezesseis representantes dos trabalhadores.

C) Cada membro da OIT se compromete a submeter, no prazo de vinte e quatro meses a partir do encerramento da Sessão da Conferência, a Convenção à autoridade ou às autoridades com competência na matéria, tendo em vista transformá-la em lei ou tomar outras medidas.

D) Cada um dos Governos interessados deverá informar o Diretor-Geral do “Bureau Internacional do Trabalho”, no prazo de três meses, se aceita ou não as Recomendações contidas no relatório da Comissão.

E) Na Conferência Geral dos Representantes dos Membros da OIT, cada Delegado poderá ser acompanhado por conselheiros técnicos, no máximo de três para cada um dos diferentes assuntos inscritos na ordem dos trabalhos da sessão.

QUESTÃO 93 – Em relação aos Tratados Internacionais, vigência e aplicação no Brasil, é possível dizer. Aponte a alternativa **incorreta**:

A) Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Emendas Constitucionais.

B) O Congresso Nacional tem competência exclusiva para resolver definitivamente sobre tratados ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

C) Tratados e Convenções Internacionais serão deliberados em cada Casa do Congresso e suas Comissões pelo *quorum* da maioria dos votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.

D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Especial, julgar as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar Tratado.

E) Ao estabelecer a Constituição Federal que ao Congresso Nacional compete resolver definitivamente sobre Tratados, não significa que a ele, Congresso, cabe a última palavra porque após seu pronunciamento cabe a ratificação do Chefe de Estado.

QUESTÃO 94 - Em relação ao contrato internacional do trabalho, é possível dizer:

A) A Lei 7064/82 – que dispõe sobre trabalhadores contratados para prestar serviços no exterior – é a norma especial que prevê a regência do contrato pela lei do local da contratação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- B) Por falta de legislação específica, não é possível aplicar por analogia a Lei 7064/82 para a categoria de trabalhadores diferentes daqueles que prestam serviços de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamentos e congêneres.
- C) Aplicável ao contrato internacional a lei do local da execução e a lei nacional mais benéfica ao trabalhador com a utilização da Teoria do Conglobamento.
- D) Aplicável ao contrato internacional a legislação específica do local da prestação de serviços mais a lei nacional no que for mais benéfica, em relação a cada norma.
- E) Aplicável a lei específica do local da contratação e a legislação brasileira de proteção ao trabalho, naquilo que não for incompatível com o disposto na lei de transferência, quando mais favorável do que a legislação territorial.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 95 – É segurado obrigatório da Previdência Social:

- A) Como empregado, o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior, desde que não coberto por regime próprio de previdência social.
- B) Como empregado, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- C) Como contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- D) Como contribuinte individual, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- E) Como segurado especial, quem presta serviço de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício.

QUESTÃO 96 – Constitui receita da Seguridade social:

- A) 50% (cinquenta por cento) do resultado dos leilões dos bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal.
- B) A renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo.
- C) 5% sobre a receita bruta do faturamento e do lucro do empregador rural, pessoa física.
- D) 40% das multas, da atualização monetária e dos juros moratórios.
- E) 20% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que são prestados às empresas por cooperados e por intermédio de cooperativas de trabalho.

QUESTÃO 97 – A respeito do auxílio acidente, sobre o qual dispõe a Lei de Benefícios da Previdência Social, nº 8.213/91, aponte a alternativa **correta**:

- A) O auxílio acidente tem natureza indenizatória, sendo concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente do trabalho, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- B) O auxílio acidente mensal corresponde a 70% (setenta por cento) do salário de benefício e será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- C) O segurado pode continuar a receber auxílio acidente de forma simultânea com o



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

recebimento de outro benefício de natureza previdenciária.

D) O auxílio acidente pode ser pago ao segurado que sofre perda auditiva, independentemente da prova de reconhecimento de nexo causal entre o trabalho e a doença, porque o auxílio acidente é complementar ao salário pago como contraprestação ao trabalho.

E) O auxílio acidente é concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 98 - O estabelecimento comercial, nos termos do Código Civil, é o complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária. Em caso de alienação do estabelecimento comercial, observe as proposições abaixo e ao final aponte a alternativa que contenha as proposituras **corretas**:

- I. O adquirente do estabelecimento sempre responde pelo pagamento dos passivos anteriores à transferência.
- II. O adquirente do estabelecimento não responde pelo pagamento dos passivos anteriores à transferência, se não foram contabilizados à época da compra.
- III. O adquirente do estabelecimento não responde pelo pagamento dos passivos anteriores à transferência, permanecendo todos na responsabilidade do vendedor.
- IV. O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano.
- V. O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, ficando o devedor primitivo subsidiariamente obrigado pelo prazo de um ano.

Está correta a alternativa:

- A) II e IV.
- B) I e III.
- C) III e V.
- D) II e III.
- E) I e II.

QUESTÃO 99 – Com base no Código Civil, em relação às sociedades não-personificadas e a responsabilidade do sócio, pelas obrigações sociais, observe as proposições abaixo e ao final responda a alternativa que contenha proposituras **corretas**:

- I. solidaria.
- II. subsidiária.
- III. solidária e ilimitada.
- IV. Solidaria e limitada.
- V. subsidiaria e limitada.

Está correta a alternativa:

- A) I.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- B) II.
- C) III.
- D) IV.
- E) V.

QUESTÃO 100 – Salvo estipulação em contrário, o sócio, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros:

- A) Na proporção da média do valor das quotas.
- B) Na proporção da respectiva quota.
- C) Em proporção fixa.
- D) Pode ser excluído da participação dos lucros.
- E) Nenhuma das anteriores.